

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 22 DE MAIO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOAO FADEL	ARENA
JOAO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDAO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Thomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quíelise Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Thomazoni
2.º Secretário — Quíelise Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

- Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silverio; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTES

- Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

Presidente — Fuad Nacli

Vice-Presidente — Antonio Belinatti

- David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTES

- Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

Presidente — Jorge Sato

Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

SUPLENTES

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas à existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotto Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

DECRETOS LEGISLATIVOS:**DECRETO LEGISLATIVO N.º 245/72**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.880/72, de 29 de março de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, o funcionário Abib Miguel a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos a partir de 1.º de fevereiro de 1.972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de maio de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 246/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.968/72, de 03 de maio de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, o funcionário Atilio Pereira de Lima a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de fevereiro de 1.972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de maio de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 247/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.506/72, de 18 de abril de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de José Ary Nassif, ocupante do cargo de nível "PL-26", da Série de Classes de Redator, do Grupo Ocupacional de Redação e Debates do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de cinco (05) meses, correspondente ao dobro das férias relativas a 1967, 1.971 e quinze (15) dias de 1.965, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de maio de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 248/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.672/72, de 24 de abril de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Edmir Enesio da Silva, ocupante do cargo de nível "PL-20", da Série de Classes de Contabilista do Grupo Ocupacional de Contador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1.971, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de maio de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 249/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.521/72, de 18 de abril de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, nos termos do parágrafo único, do Art. 247 da Lei n.º 6.174 de 16 de novembro de 1.970 a Francisca da Silva Cavaleiro, ocupante do cargo de nível "PL-14", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, três (03) meses de licença especial, por não se haver afastado do exercício de suas funções no quinquênio compreendido entre 07 de janeiro de 1.963 e igual data de 1.968.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de maio de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 250/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.985/72, de 04 de abril de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário Bolivar Camargo Barros, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de março de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de maio de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 251/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.147/72, de 07 de abril de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário Raimundo Carlos Capela Píoli, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de maio de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 252/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2691/72, de 24 de abril de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

designar Ivo Gusso, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe de Gabinete da Liderança do Governo, em substituição, na ausência ou impedimentos do titular efetivo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de maio de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 353/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.413/72, de 14 de abril de 1.972, deste Poder

R E S O L V E :

mandar incorporar, para todos os efeitos legais nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, ao acervo de serviço público de Ocirema Stamm Bellé ocupante do cargo de nível "PL-26", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquígrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo decênio, compreendido entre 1.º de março de 1.960 e 1.º de dezembro de 1.967, antecipado em razão da incorporação referente ao primeiro decênio e da contagem em dobro das férias relativas aos anos de 1.951, 1.952, 1.953, 1.954, 1.959, 1.960, 1.966 e quinze (15 dias de 1965).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de maio de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 254/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 10.246/72 de 28 de dezembro de 1.971, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar pagar a Leonor dos Santos Nascimento, viúva de Antonio Nascimento, ex-servidor da Secretaria desta Assembléia, o salário família que tem direito, com fundamento no Art. 356, combinado com o Art. 196, incisos I e II, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, a partir de 16 de novembro de 1.970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de maio de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 225/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.611/72, de 17 de março de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar pagar a Isolde Toninello Molinari, viúva de Cláudio Molinari, ex-servidor da Secretaria desta Assembléia o salário família a que tem direito, com fundamento no Art. 356, combinado com o Art. 196, Inciso I, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, a partir de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de maio de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 256/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2752/72, de 26 de abril de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a funcionária Celli Eucléia Galiano de Andrade prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a 50% de seus vencimentos, a partir de 1.º de maio de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de maio de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 257/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.949/72, de 04 de abril de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Eleni Silveira Pavoski, ocupante do cargo de Oficial de Administração, nível PL-21, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 14 de junho de 1971, data em que completou dez (10) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de maio de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 258/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2474/72, de 17 de abril de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Jandir Nardin, ocupante do cargo de Oficial de Serviços Gerais, nível PL-21 do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 11 de julho de 1.971, data em que completou dez (10) anos de Serviço Público, computados para

todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

- Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de maio de 1.972.
a) WILSON FORTES — Presidente
a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 259/72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.486/72, de 18 de abril de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Antonio Gulbino, ocupante do cargo de Oficial de Serviços Gerais, nível PL-22, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o acréscimo quinzenal de mais cinco por cento (15%); sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%); a partir de 17 de dezembro de 1971, data em que completou dez (10) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 22 de maio de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 260/72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.456/72, de 17 de abril de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, ao acervo de serviço público de Almir Santos, ocupante do cargo de nível "PL-27", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito por não se haver afastado do exercício de suas funções, no quinquênio compreendido entre 23 de agosto de 1.962 e igual data de 1.967.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 22 de maio de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 261/72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.387/72, de 14 de abril de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo público de Vidal Váñoni, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Assistente Técnico da Parte Suplementar do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o terceiro quinquênio compreendido entre 20 de maio de 1.967 e igual data de 1.971, antecipado em razão da incorporação do tempo de um (1) ano referente ao primeiro decênio; e,

II — conceder, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual, o acréscimo de mais cinco por cento (05%) sobre seus vencimentos, a partir de 20 de junho de 1.969 data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%).

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 22 de maio de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 262/72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.778/72, de 26 de abril de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário Antonio Lacerda Braga Neto, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 18 de abril de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 22 de maio de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 263/72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.741/72, de 25 de abril de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário Luiz Francisco Fontoura, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de maio de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 22 de maio de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 264/72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.853-72, de 28 de março de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

I — retificar o Decreto Legislativo n.º 517/67, de 17 de outubro de 1.967, para declarar que a licença especial de seis (06) meses ali concedida a Madalena Maria de Lima, ocupante do cargo de nível "PL-23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, se refere ao decênio compreendido entre 03 de março de 1.955 e igual data de 1.965, e não como constou naquele Ato;

II — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150,

da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, o tempo de dois (02) meses correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1.971, que deixou de gozar;

III — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 248, da mencionada Lei, ao acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 03 de março de 1965 e 03 de janeiro de 1.970, antecipado em razão da contagem em dobro de quinze (15) dias de férias relativas ao ano de 1967 e quinze (15) de 1.968; e,

IV — conceder, de acordo com o Art. 70, inciso I, da Constituição Estadual, o acréscimo de mais cinco por cento (05%) sobre seus vencimentos, a partir de 07 de fevereiro de 1.972, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 22 de maio de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 265/72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.720/72, de 25 de abril de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248 da Lei n.º 6.174 de 16 de novembro de 1.970, ao acervo de serviço público de Ceníra Silveira da Costa, ocupante do cargo de nível "PL-21", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções no decênio compreendido entre 02 de maio de 1.962 e 02 de março de 1.972, antecipado em razão da contagem em dobro das férias relativas ao ano de 1.967.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 22 de maio de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

**2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 53.ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 22 de Maio de 1972
(Segunda-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Xenofonte Villanueva.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisostomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Antônio Belinati, Antonio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Erondy Silvério, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Luiz Roberto Soares, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Xenofonte Villanueva (35); achando-se ausentes os Srs. Deputados Alvaro Dias, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Basílio Zanusso, David Federmann, Emílio Carazzai, Fuad Necchi, Igo Lóssó, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Wilson Brandão (12).

Verificada a existência de número legal o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da Ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 35 Srs. Deputados.
Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 33/72, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 196/71, de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, fica criado junto ao D.A.E.E., um Fundo de Natureza Contábil, denominado Fundo Estadual de Eletrificação Rural, designado pela Sigla "FERR — PR" e dá outras providências. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. Em votação. Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

**2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 54.ª Sessão Ordinária — Realizada em 22 de
Maio — (Segunda-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisostomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Erondy Silvério, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Xenofonte Villanueva (35); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Alvaro Dias, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Basílio Zanusso, David

Federrann, Emilio Carazzai, Fuad Nacii, Igo Losso, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt e Wilson Brandão (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e na forma do Regimento Interno da Casa, requer, após ouvido o Plenário, seja consagrado na Ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo infausto passamento, nesta Capital, do Senhor Salomão Khoury.

O extinto era pessoa muito conceituada nos meios sociais e comerciais de União da Vitória e em nossa Capital curitibana, mercê seus dotes de coragem e de espírito.

Requer, outrossim, se dê ciência à família enlutada da decisão do Poder Legislativo paranaense.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1972.

(a) — Aguiinaldo Pereira Lima

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que adiante subscreve, no uso de atribuições regimentais, REQUER, ouvida a Casa, encaminhe-se voto de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, Arquiteto Jaime Lerner, pela decisão adotada de execução direta, com recursos próprios da municipalidade, dos serviços de capeamento viário com lama asfáltica.

Graças aos esforços e ao conhecimento técnico do engenheiro Baldur Magnus Brubba, assessor prefetural, o Poder Público do Município está pavimentando ruas por custo muito inferior ao pago às empreiteiras conseguindo, ainda, maior durabilidade e melhor acabamento dos serviços, graças aos métodos inovados para drenagem e preparação do terreno.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1972.

(a) — Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Victor Silvio Biazus, vítima de lamentável acidente, e uma das pessoas de grande projeção da sociedade de Pato Branco, onde além de destacado comerciante e agricultor, exerceu as funções de Vereador e Vice-Prefeito.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada, bem como as autoridades municipais de Pato Branco.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1972.

(aa) — Sebastião Rodrigues, Ivo Tomazoni, Cândido Martins de Oliveira

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer na forma regimental, dispensa de publicação da Redação Final do Projeto 5-72, por não haver sido o mesmo emendado.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1972.

(a) — Arthur de Souza

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução n.º 9-72, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1972.

(a) — Jorge Sato

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 56-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, ao Município de Toledo, uma motoniveladora, marca "Huberwarco", número de fabricação OM 328913-80, L, pertencente, por transferência consignada no Decreto n.º 16.889, de 26 de janeiro de 1965, ao Departamento de Assistência Técnica aos Municípios.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1972.

(aa) — Fabiano Braga Côrtes, Cândido Martins de Oliveira

JUSTIFICATIVA:

O maquinário que se pretende doar ao Município de Toledo, através do presente Plano de Lei, vem prestando assinalados serviços àquela comuna desde há quase sete anos.

Ocorre todavia, que, há cerca de dois anos, referido maquinário, materialmente sem condições, de realizar os trabalhos a que está destinado, foi colocado em condições de uso efetivo pela Prefeitura Municipal de Toledo, tendo, em vista, sobretudo, a sua imprescindibilidade. Mais, a sua longa permanência à disposição daquele Executivo Municipal indica claramente ser possível ao artigo D.A.T.M., ceder definitivamente o maquinário, sem que o seu serviço de assistência técnica aos Municípios sofra qualquer solução de continuidade.

Assim sendo, considerando, de um lado, a necessidade do maquinário para prosseguimento das diversas frentes de obras da Prefeitura Municipal de Toledo, e, de outro, afastar a ameaça eminente do Executivo a qualquer tempo ficar sem condições de continuar seu plano de trabalho, nada mais justo que a doação pretendida neste Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI N.º 57-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — As Comissões da Assembléia Legislativa podem requisitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, cópia de informações, pareceres, documentos, dados, análises e quaisquer outros elementos que, ao Tribunal, devem ser prestados ou fornecidos pelos órgãos ou entidades administrativas estaduais, assim como pelas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Art. 2.º — As Comissões referidas no artigo anterior, poderão determinar ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná a realização de vistorias e ou auditorias ordinárias em quaisquer dos órgãos ou entidades abrangidas no mesmo artigo, com o fim exclusivo de proceder a fiscalização da gestão financeira e orçamentária dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

Art. 3.º — A Assembléia Legislativa caberá decidir sobre o encaminhamento da requisição ou determinação contempladas na presente Lei.

Art. 4.º — O Tribunal de Contas do Estado do Paraná terá o prazo de 30 (trinta) dias para esclarecer e responder às requisições ou determinações a que se refere a presente Lei.

§ único — O prazo fixado no artigo anterior poderá ser prorrogado por igual tempo, a pedido do próprio Tribunal de Contas, cuja solicitação deverá ser justificada.

Art. 5.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1972.

(a) — Luiz Roberto Soares

JUSTIFICATIVA:

"Não há, nem pode haver, Estado sem poder. O exercício desse poder pelos órgãos estatais pode ser todavia, diferentemente estruturado".

Prossegue Manoel Gonçalves Ferreira Filho lembrando que "a divisão do poder consiste em repartir o exercício do poder político por vários órgãos diferentes e independentes".

A divisão prescreve o arbitrio, ou pelo menos o dificuldade sobremodo, porque só pode ocorrer se se der o improvável conluio de autoridades independentes (in Curso de Direito Constitucional, S. Paulo, Saratava, 1971, pág. 83 e segs.).

Do exame do tema irrompe um quadro capaz de dar toda a amplitude de sua conveniência, ou seja, a articulação de um sistema de freios e contrapesos capaz de viabilizar e fazer frutificar um regime democrático.

Embora o Poder Legislativo tenha sua nota reitora na missão de elaborar leis, seu papel nunca se limitou, e nem se limita nessa tarefa.

"Tradicionalmente, o Legislativo é o poder financeiro".

Na realidade, o poder financeiro dos parlamentos precede historicamente ao exercício pelos mesmos de suas funções legiferantes.

E este poder avulta quando se considera que em nosso regime constitucional toda a receita e despesa devem ser previstas no orçamento que formalmente é uma lei e em consequência, um ato do Poder Legislativo.

"De pouco adiantaria a exigência do orçamento se as câmaras que o votaram não tivessem meios eficazes de fiscalizar a sua execução, tomando as contas dos que dispuseram de dinheiro público". (in Manoel Gonçalves Ferreira Filho, id., ibid.).

Em nosso quadro jurídico-constitucional — em razão da intrínseca complexidade da matéria — há um órgão especializado apto a preparar a fiscalização parlamentar: O Tribunal de Contas.

O vigente regime constitucional brasileiro confere a este órgão caráter de corpo auxiliar do Poder Legislativo.

Assim é que o artigo 3.º da Constituição Estadual dispõe que "a fiscalização financeira e orçamentária do Estado será exercida pela Assembléia Legislativa mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo, instituído por Lei".

Esta regra constitucional ganha mais densidade em seu parágrafo primeiro, o qual sentença que "o controle externo da Assembléia Legislativa será exercido com auxílio do Tribunal de Contas e compreenderá a apreciação das contas do Governador, o desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos".

É pertinente o comentário de Geraldo Ataliba à propósito da espécie normativa consubstanciada no artigo citado.

Pode-se afirmar que há mandamentos constitucionais completos — reunindo todos os elementos normativos necessários à sua aplicação — e mandamentos que poderiam, sob tal perspectiva, ser qualificados como incompletos, pela falta de alguns elementos normativos, de tal sorte a impedir a determinação exata de sua hipótese de incidência ou momento preciso de sua irradiação de efeitos, ou ainda a extensão, os limites ou mesmo os sujeitos por eles alcançados, bem como as condições de sua operatividade". (in Lei Complementar na Constituição, Ed. Rev. dos Atri., 1971, pág. 5 e segs. — grifamos).

O texto da norma constitucional embora jurídica e eficaz como toda disposição constitucional — dúvida inexistir — não confere, porém, por si só, efetiva operatividade, sendo insuscetível de imediata aplicação, principalmente por razões técnicas.

Sendo carente de integração, está a exigir — o artigo 3.º da Constituição Estadual — adequação legislativa instrumental, sem a qual a aplicabilidade da norma é praticamente nula.

PROJETO DE LEI N.º 58-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a isentar do pagamento da taxa de água e esgotos os Hospitais de Caridade, Albergues e Entidades Assistenciais e Filantrópicas que mantenham ambulatórios médico de atendimento gratuito aos necessitados, com sede e fóro no Estado do Paraná.

§ único — Para que os Hospitais de Caridade, Albergues e Entidades Assistenciais e Filantrópicas possam beneficiar-se da isenção do pagamento da taxa de água e esgoto referida no artigo 1.º, será condição indispensável que os ocupantes dos cargos de diretoria exerçam suas atividades gratuitamente e não percebam, sob qualquer título ou justificativa, salário remuneração, dividendo, ajuda de custo ou outro qualquer benefício pecuniário ou não, como retribuição pelo exercício de suas funções.

Art. 2.º — O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, através de Decreto que passará a ser parte integrante dela, dentro de 30 (trinta) dias da data de sua sanção.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 18 de maio de 1972.
(a) — João Fadel

JUSTIFICATIVA:

A isenção do pagamento da taxa de água e esgotos que pretendemos seja concedida aos Hospitais de Caridade, Albergues e Entidades Assistenciais e Filantrópicas que mantenham ambulatório médico de atendimento gratuito aos necessitados está baseada no interesse que o Poder Público tem no funcionamento daquelas instituições e esta proposição tem por objetivo diminuir um encargo por demais oneroso para obras sociais que dependem de auxílios particulares e de subvenções oficiais para executarem suas tarefas e se fazerem presentes como fatores de redução das tensões sociais entre as camadas mais necessitadas da população e onde o Poder Público não se faz presente ou por impossibilidade orçamentária, ou por deficiência estrutural.

A taxa de água e esgotos cuja isenção de pagamento pleiteamos para aquelas instituições não é rubrica de alta significação no orçamento estadual, mesmo porque, os investimentos programados para aquela área de serviço público têm origem em financiamentos do Governo Federal e organismos internacionais de incentivo aos Projetos de Saneamento, podendo, portanto, o presente Projeto de Lei ser aprovado sem risco de estrangulamento nos trabalhos de ampliação de antigas ou implantação de novas redes de água e esgotos que atualmente estão em execução.

Por outro lado, com a constante atualização das tarifas de cobrança de prestação do serviço de água e esgotos, o lançamento, para aquelas instituições que não têm renda própria ou, quando a tem, já está a mesma empenhada no custo de suas atividades filantrópicas, atinge importâncias realmente severas, tanto mais agravadas pelo fato de a sistemática de revisão do lançamento efetuado no exercício ser de longa tramitação pelos naturais entraves burocráticos, salientando-se que a interposição do pedido não tem efeito suspensivo para a entidade reclamante.

Assim, é por entender ser dever do Poder Público amparar e impulsionar o funcionamento de Hospitais de Caridade, Albergues e Entidades Assistenciais e Filantrópicas que mantenham ambulatórios médicos de atendimento gratuito aos necessitados, resolvemos submeter à apreciação do ilustrado Plenário desta colenda Assembleia Legislativa o presente Projeto de Lei, que firmamos na convicção de que, aprovado, constituir-se-á em fator positivo de incentivo ao desenvolvimento da prestação de serviços de natureza social por instituições beneficentes e filantrópicas que, desoneradas daquela obrigação tributária terão melhores condições de desenvolvimento para ampliação de suas atividades e com reflexo positivo no atendimento às massas necessitadas.

Finalmente, cumpre ser ressaltado que não tendo o Poder Público condições de recursos ou estruturais de se fazer presente com eficiência no campo da Assistência Social, pode-se, com razão, invocar seu dever indeclinável de facilitar o funcionamento de obras que lhe suprem a ausência e o presente Projeto de Lei, nada mais é, que a concretização deste entendimento, pelo que tenho por certo que os nobres Deputados darão ao mesmo seu honroso e indispensável apoio.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Com a palavra o Sr. Paulo Poli, primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O jornal "O Estado de São Paulo" de domingo, publicou uma notícia cujo assunto nos chamou particularmente a atenção, eis que esta matéria já foi motivo de Requerimento de nossa autoria aprovado nesta Casa. Um Deputado Federal de Goiás, propõe a redivisão da Amazônia e nós pretendemos redigir um requerimento solicitando que se telegrafe à S. Exa. dizendo que esta Casa já apreciou Requerimento de nossa autoria em matéria correlata. A notícia do "O Estado de São Paulo", de domingo, diz o seguinte: (Lendo): "Querredivisão da Amazônia.

O Deputado Siqueira Campos (ARENA) — proporá à Comissão Coordenadora de Estados da Amazonia — COCEAN — diversas sugestões a serem feitas ao Governo Federal inclusive o apressamento dos estudos para redivisão territorial da área da região.

O parlamentar, que é presidente da Cocean, proporá a limitação em 400 mil kms de área de cada um dos Estados da região e a criação de novos territórios Federais, com área máxima permitida, cada uma, de 300 mil km2.

Sugerirá ainda a manutenção de um representante de cada Território na Câmara Federal e modificação da Constituição no sentido de permitir também um representante no Senado Federal. Indicará ainda o estabelecimento de novos critérios para transformação de Territórios em Estados, atendidos, especialmente, os seguintes:

a) Que a densidade demográfica tenha atingido o índice mínimo de 2 hab./km2; b) que a renda "per capita" da área territorial atinja o mesmo índice médio da Nação; c) que a renda pública não seja inferior à renda pública média de todos os Estados Brasileiros; e, d) que seja ouvido o Conselho de Segurança Nacional.

Argumentará Siqueira Campos que numa região em que as distâncias são o maior obstáculo, onde as comunicações entre governantes e governados são dificultadas ao extremo, parece inútil falar em aumentar a população sem antes cogitar-se de uma redivisão em termos racionais e atualizados. Citará então o exemplo de Altamira, no Pará, cuja área é de 153.862 km2.

Era só, Sr. Presidente. (Sem revisão do Orador)

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores para o Pequeno Expediente, passaremos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, primeiro orador inscrito no Grande Expediente.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, srs. Deputados. Ocupo esta tribuna para justificar e defender proposição que estou encaminhando à Mesa sob a forma de Projeto de Lei, cujas consequências segundo suponho, serão de grande valor para a valorização deste Poder e mais importante, irá contribuir para uma melhor contabilização institucional entre o Poder Legislativo e o Executivo. Quero me referir ao Projeto de Lei que instrumenta este Poder ao exercício da função fiscalizadora que lhe compete constitucionalmente. Tenho válido como pressuposto o princípio segundo o qual, na medida em que ocorra maior equilíbrio entre os dois

Poderes, na medida em que tanto o Executivo quanto o Legislativo tenham uma faixa de atuação devidamente delimitada e devidamente respeitada, este Poder terá muito a ganhar assim como, os anseios democráticos que eu tenho certeza habitam em cada um dos srs. Parlamentares.

Em pronunciamento anterior manifestei a minha pessoal convicção de que o Legislativo deve utilizar todas as virtualidades que o regime político constitucional vigente lhe oferece.

Tirando partido de todas as potencialidades capazes de dar a ele a dimensão que todo o Paraná e que todo o Brasil espera.

Seria desnecessário dizer que este Projeto de Lei não tem inspiração, nem uma suspeita e nem desconfiança; pretende apenas dar concretude e condições de eficácia a uma norma constitucional. Tem providências como aqui agora se propõe. A regra constitucional de fiscalização dos atos do Executivo, será meramente uma regra programática. Assim inspirado nas prerrogativas deste Legislativo, no princípio da separação dos Poderes, em arraigadas convicções democráticas, apelo a todos os srs. Deputados que compõem esta Assembleia no sentido de que deem o necessário apoio ao presente Projeto de Lei.

Vale lembrar que o presente Projeto de Lei viria regular o texto da nossa Constituição que dispõe que a fiscalização financeira e orçamentária do Estado será exercida pela Assembleia Legislativa mediante controle externo e pelo sistema de controle interno do Poder Executivo, instituído por Lei. E o parágrafo do mesmo artigo complementa dizendo que o controle externo da Assembleia Legislativa será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas e compreenderá a apreciação das contas do Governador no desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária bem como, do julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

O sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para, antecipadamente, manifestar a V. Exa. a minha inteira solidariedade a este Projeto que V. Exa. acaba de submeter à apreciação da Casa. Isto, com bem ressalva V. Exa. a fiscalização do Governo e de seus atos, é função deste Poder, tendo como órgão auxiliar o Tribunal de Contas. E para que esta fiscalização realmente se efetive, torna-se necessária a obtenção dos documentos a que V. Exa. se refere nessa sua proposição. Porque nem sempre a Casa terá a obrigatoriedade de concordar com o Tribunal de Contas. Entendo que sobre a matéria financeira e orçamentária o Tribunal de Contas se manifesta a título de parecer, cabendo a palavra final a este Poder. E isto só seria possível, com o conhecimento pleno dos documentos em que se fundamentou o parecer do Tribunal de Contas.

Já antecipadamente manifesto a V. Exa. o integral apoio deste Deputado à proposição que V. Exa. expõe ao Plenário.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Agradeço o aparte do Líder da Oposição nesta Casa, manifestando toda a sua aquiescência e assentimento ao presente Projeto de Lei.

Devo lembrar a esta Casa que medida mais ou menos semelhante, foi proposta ao Congresso Nacional e encaminhada ao processo legislativo, pelos líderes dos dois Partidos: do MDB e da ARENA, dando assim uma demonstração de que não se trata de projeto que pretende...

O Sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado, no instante em que eu pedi à V. Exa. o aparte, V. Exa. estava exatamente abordando um assunto que já era do nosso conhecimento; queria fornecer este subsídio.

Inicialmente, como sempre, eu me parabeno com V. Exa. Em seguida, pretendo informar a V. Exa. que já tramita no Congresso um Projeto que versa sobre o assunto. Nem por isso, o de V. Exa. deixa de ser oportuno. Quero lembrar, que por benevolência de meus pares, nesta Casa, eu presidi por longos anos, a Comissão de Tomada de Contas; portanto, a Comissão Técnica, que aprecia esta matéria. Com exceção do ano passado, este ano, fui reconduzido à presidência desta Comissão.

Portanto, vejo com bons olhos, a iniciativa de V. Exa. e vejo também em V. Exa. um deputado zeloso, um parlamentar que realmente se preocupa com tudo aquilo que venha valorizar este Poder.

Assim é, nobre Deputado, que há dois anos passados, quando ainda presidía esta Comissão surgiram dúvidas nesta Casa; eis que o Tribunal de Contas insistia em que esta Casa mandasse para lá as contas deste Poder. E eu em ofício, respondi que as contas estavam em ordem e que eu perguntaria àquele órgão, quem fiscalizava as contas do Tribunal de Contas. E o caso de se perguntar — quem vigia o vigia, como algum jornalista ter a me dito ontem.

Portanto, a medida é oportuna, necessária e já está sendo tomada no Congresso. Meu aparte era apenas para apoiar a V. Exa. e deixar registrado aqui que V. Exa., coerente com os pronunciamentos que tem feito, com o primeiro pronunciamento, tem de fato se preocupado com a valorização deste Poder.

Medidas como esta é que realmente farão com que esta Casa torne a ser respeitada.

Parabéns, nobre Deputado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Nobre Deputado Paulo Poli, registro com satisfação o aparte com que V. Exa. me brindou, ao mesmo tempo em que complemento as considerações realizadas por V. Exa., no sentido de valorização ou revitalização deste Poder.

Eu dizia que o presente Projeto de Lei não é péripeto com o fito de embaraçar ou criar óbices à ação administrativa do Poder Executivo. Muito elo contrário, o que se pretende é batizá-lo dentro de normas que a esta Assembleia compete normalizar.

Assim queria apenas, a título de ilustração, lembrar ao nobre Deputado que o modelo da democracia ocidental, pelo menos no aspecto formal que é os Estados Unidos da América do Norte, em sua Constituição, dedica o seu primeiro artigo ao Legislativo e não ao Executivo.

Ademais lembro a V. Exa. com relação à solicitação anterior do Tribunal de Contas no sentido de que fossem remetidas a ele as contas deste Poder, que tal providência é inteiramente descabida, até por que a Constituição em vigor confere a este Poder o julgamento de suas próprias contas e de outra forma não poderia ser porque é a Assembleia Legislativa, isto é, o Poder Legislativo, que tem a representatividade do povo. Nestas circunstâncias é soberano e autônomo.

Para finalizar solicito dos srs. Deputados que confirmem ao presente Projeto de Lei o apoio de que carece para que possa ser convertido em lei e contribuir, desta forma, para o respeito, o aprimoramento e a revitalização deste Poder. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra no Grande Expediente, ao Segundo Orador inscrito, sr. Deputado Alvaro Dias.

Não se encontrando presente, concedo a palavra ao sr. Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATTI — Sr. Presidente, srs. Deputados. Estamos providenciando um novo Requerimento, dirigido ao Sr. Governador do Estado do Paraná, pedindo o asfaltamento da estrada Londrina a Bela Vista e Alvorada do Sul, estrada de grande importância para o escoamento da produção agrícola do Norte do Paraná.

Hoje roda-se no Estado de São Paulo quase que totalmente sobre asfalto e ainda há pouco o Secretário de Transportes do Governo Bandeirante, Paulo Sallim Malluf prometeu o asfaltamento de quase cinco mil quilômetros de estradas nesse Estado. Em dados comparativos vamos verificar que o Paraná praticamente perdeu aquele impulso da pavimentação, asfáltica. A estrada Londrina — Mauá, cuja obra, de acordo com as palavras do Sr. Governador, seria concluída em sete meses não mais será possível a sua realização e o Governo alega que choveu demais. É lamentável que os técnicos do Governo não sejam capazes até mesmo de prever que há determinada época do ano em que as chuvas caem quase que diariamente. E quando vemos o Norte do Paraná, com o trabalho de asfaltamento adiado, a estrada Londrina — Assaí, Cornélio Procopio — Congonhas, Ibiaporá — Mauá, promessa do Deputado João Mansur, que levou grande alegria à região de Ibiaporá quando prometeu que aquela estrada seria asfaltada. E hoje, nós voltamos a apelar para que as máquinas do Governo voltem a funcionar para que, dentro de pouco tempo, o Paraná possa igualar-se aos grandes Estados da Federação.

Nós estamos vendo o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais, ultrapassando, em grande escala, o nosso querido Paraná.

E também Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos, desta Tribuna criticar o critério que vem sendo adotado para a escolha de vagas na Secretaria de Educação e Cultura. Hoje, professores acorrem a Curitiba, vindos dos mais longínquos municípios do Paraná. E para aqui vieram, na esperança de conquistarem uma tão sonhada vaga para lecionar. E, lamentavelmente, se faz um grande alarde com respeito a escolha de vagas. E já pudemos, nos encontros com inúmeros mestres, sentir a profunda decepção que mais uma vez, marcou o concurso para escolha de vagas da Secretaria de Educação e Cultura.

Em determinadas matérias como O.S.P.B. foram abertas vagas em apenas seis municípios do Paraná. E um professor com um padrão para Arapongas, por exemplo, o município mais próximo que conseguiu foi Bandeirantes, distante cento e poucos quilômetros, o que fatalmente impedirá aquele professor de fazer prevalecer o seu direito. Porque afinal de contas, aquele professor com sacrifício estudou, preparou-se para o concurso, para o magistério paranaense. E mesmo sendo aprovados no concurso, vários pais de família perderão o direito de lecionar em virtude da burocracia, em virtude do danoso critério de escolha de vagas.

Há cidades em que as escolas precisam de professores, em que há falta de professores, para atividades de demanda escolar. Porém, não sabemos porque há quase um retrocesso, a Secretaria de Educação e Cultura ignorando a necessidade da escola e também do professor, deixa de abrir vagas em grande quantidade de municípios, a exemplo de Londrina e Maringá. Tive até mesmo uma diretora de escola da Capital que compareceu pessoalmente à sessão pública de escolha de vagas. A sua escola tinha vaga. E de repente, na hora, aquela vaga desapareceu. E a diretora garantia para os professores ali presentes, que havia uma vaga em sua escola. E por um mistério aquela vaga sumiu momentaneamente.

Queremos, nesta oportunidade, aplaudir o Requerimento do nobre Deputado Xenofonte Vilanueva que pede prorrogação do Concurso para o Magistério. Realmente, pela deficiência da Secretaria de Educação, nem todos os professores poderão ser nomeados em tempo hábil.

Temos o caso de uma professora, com quem conversamos, e que já deu entrada a dois requerimentos pedindo a sua nomeação, porque ela fora aprovada no concurso e os dois requerimentos foram indeferidos pela Secretaria de Educação e Cultura. Foi dado um prazo para que o professor pensasse e decidisse, se aceitaria ou não, um cargo no Magistério Estadual. E o professor...

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR (Pela Ordem) Sr. Presidente, com as minhas desculpas ao ilustre Deputado Antonio Belinati que se encontra na Tribuna, eu quero apenas — e peço desculpas novamente — comunicar à Casa, que se encontra na Sala das Comissões, o Sr. Secretário de Educação e Cultura acompanhado de seus Assessores.

Eu desejaria convidar aos srs. Deputados que se interessam pelos problemas de educação, a comparecer na Sala das Comissões.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO BELINATTI — Sr. Presidente e Srs. Deputados, é uma grande oportunidade para que possamos debater com o Secretário de Educação, os problemas do ensino, do Paraná, e certamente os srs. parlamentares que tem a grande missão de representar o povo do Paraná — porque o Deputado não é apenas o representante de determinada parcela da população, mas é ele o homem que tem a missão de aqui debater os inúmeros problemas do povo — irão comparecer, com muito prazer e com muita honra a esta visita do Sr. Secretário de Educação, para comunicar a Sua Excelência o drama, a aflição que os professores do Paraná estão atravessando, com este critério absurdo de escolha de vagas, que está superado porque o Brasil caminha para uma modernização completa. Infelizmente os órgãos públicos do Paraná como a própria Secretaria de Educação e Cultura, não vem acompanhando este progresso que deve sempre haver, não apenas nos órgãos públicos, mas em todas as camadas da população brasileira.

Foi realmente uma idéia feliz da Comissão de Instrução Pública convidar ao sr. Secretário, que foi amável em atender ao convite, dando oportunidade a este debate mais de perto, e para que o sr. Secretário volte para o seu Gabinete de trabalho ciente das dificuldades que o Magistério do Paraná vem enfrentando, um Magistério mal remunerado e um Magistério que não tem condições financeiras, às vezes, de sair de uma cidade para lecionar em outro domicílio, às vezes distante 100, 150 km.

Esta é o apelo que tínhamos a fazer, e que iremos fazer também pessoalmente ao ilustre Secretário de Educação. (Sem revisão do Orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Arthur de Souza.

O SR. ARTHUR DE SOUZA (Pela Ordem) Sr. Presidente, em face da comunicação do sr. Deputado Antonio Lopes Junior, de que o Sr. Secretário está na Sala das Comissões, em face do interesse que têm os srs.

Deputados em conversarem com Sua Excelência, eu indagaria se a Sessão continuará normalmente, ou se será suspensa por alguns minutos, para que os Deputados possam confabular com o Sr. Secretário; se fosse necessário, eu requereria o prazo, para que houvesse esse diálogo.

O SR. PRESIDENTE — O sr. Secretário foi convocado para a Comissão de Instrução Pública, e não para o Plenário.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Entendo que está na Sala das Comissões, mas noto que os srs. Deputados estão se dirigindo para aquele local e com isto a Sessão...

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência consulta ao Plenário se os Srs. Deputados Arthur de Souza, Lázaro Dumont, Paulo Poli, inscritos para o Grande Expediente concordam transferir sua inscrição para amanhã para que se vote a Ordem do Dia. Os srs. Deputados que estão de acordo queiram permanecer como estão. — **Aprovado.**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA, com a presença de 35 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado** Irá a Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado** Irá a Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado** Irá a Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando preferência de discussão para o Projeto de Resolução n. 9-72. — **Aprovado.**

De acordo com o requerimento de preferência aprovado: 3.ª Discussão — do Projeto de Resolução n. 9-72, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova contas do Senhor Governador do Estado referentes ao exercício financeiro de 1970. — **Parecer favorável da C.T.C. — Aprovado.**

Passaremos à apreciação dos demais projetos constantes da ORDEM DO DIA, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados.

3.ª Discussão do Projeto de Lei n. 4-70, de autoria do Dep. Ivo Tomazoni, fica denominado Ginásio Estadual, "Arthur da Costa e Silva" o atual Ginásio Estadual da sede do Município de Cândido de Abreu. — **Pareceres favoráveis da C.C.J., C.I.P. — com EMENDA SUBSTITUTIVA.**

Em discussão.

O SR. JOÃO MANSUR (Pela ordem) V. Exa. pode informar o nome atual do Ginásio?

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, por razões que a própria razão desconhece eu sou autor deste plano de lei e a pergunta que o nobre Líder formulou a V. Exa. eu posso responder. O atual Ginásio Estadual do Município de Cândido de Abreu, leva o nome de uma figura local, um ex-Prefeito municipal, Prefeito muito benquisto nos meios políticos e comerciais daquela cidade.

Como entendia o administrador atual Prefeito daquela cidade, que honriagens desta natureza, só deveriam ser conferidas como homenagem póstuma, entendeu solicitar a esta Casa a apresentação quando visava, por certo Marechal Arthur da Costa e Silva. Entendo, Srs. Deputados, que este Plano de Lei poderá ferir melindres da pessoa homenageada anteriormente e, em consequência, desde que o Projeto se encontra em Regime de Urgência, e regimentalmente, não podendo ser retirado da Ordem do Dia, não há porque o Plenário não possa deixar de rejeitá-lo.

A isso não me oponho absolutamente, depois do esclarecimento prestado pelo Líder da nossa bancada, Deputado João Mansur.

Devo antecipar, sr. Presidente que a requerimentou meu, no ano passado este Projeto de Lei foi retirado por vinte sessões. Retirado depois do que sofreu solicitações de Regime de Urgência e veio para a Ordem do Dia.

Sr. Presidente, cabe ao autor do Projeto, regimentalmente, a retirada da Ordem do Dia definitivamente para arquivá-lo. É o que requiero a V. Exa. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Será retirado da Ordem do Dia, o Projeto de Lei n. 8-70.

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 273-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, cria o Ginásio Estadual de Perobal, Distrito de Umuarama para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo. — **Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.**

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 91-71, de autoria do Dep. Acyr José que autoriza o Poder Executivo, a criar um Ginásio Estadual, no bairro de Pinheirinho nesta Capital, para funcionar anexo ao Grupo Escolar "Professor João Loyola". — **Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.**

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 5-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 1-72, encaminhando anteprojeto de Lei que concede abono provisório de 12% (doze por cento) sobre os respectivos vencimentos básicos aos funcionários civis dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado e aos integrantes da P.M.E. — **Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado.**

2.ª Discussão — do Projeto de Resolução n. 2-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n. 101-71, aprova Convênio assinado em 19.11.69 pelo Governador do Estado e Prefeitos dos Municípios que especifica, para implantação da área metropolitana de Curitiba. — **Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado artigo por artigo.**

2.ª Discussão — do Projeto de Resolução n. 4-72, de autoria da Comissão de Justiça, ex-Proposição n. 102-71, ratifica o termo aditivo ao Convênio celebrado em 18.8.68, entre o Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária — INCRA — e o Departamento de Águas e Energia Elétrica, para execução de obras de eletrificação rural no Estado do Paraná. — **Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado artigo por artigo.**

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 9-72, de autoria do Dep. Ivo Tomazoni, que referenda alienação de área de terras com 242.968 m², situadas em "Morro Caieiras", Município de Guaratuba. — **Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C. — EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado artigo por artigo.**

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 78-70 de autoria do Dep. Fuad Nacli, fica criado um Ginásio Estadual no Município de Paranaipoema, para funcionar a partir do ano letivo de 1971. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.P., com SUBSTITUTIVO E EMENDAS. Em discussão.

PROJETO DE LEI N.º 78-70

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado um Ginásio Estadual no Município de Paranaipoema, para funcionar a partir do ano letivo de 1971.
Art. 2.º — As despesas com a execução desta Lei correrão por conta da dotação própria do Orçamento do Estado.
Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1970.

a) — Deputado Fuad Nacli

JUSTIFICATIVA:

Ao justificarmos as medidas propostas neste Plano de Lei, o fazemos no sentido de darmos nossa cooperação à política educacional do Governo. Estado, acreditamos, é a melhor forma de nos expressarmos perante uma realidade que conhecemos de perto.

Paranaipoema, um município que mantém um dos mais elevados índices dentro da pecuária paranaense, está credenciado a ter um Ginásio Estadual.

Estas são as razões que nos levaram a apresentação deste Plano de Lei, para o qual contamos com o apoio e aprovação dos nobres Pares.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N.º 78-70

AUTOR: Deputado Fuad Nacli

SUMULA: Cria um Ginásio Estadual no Município de Paranaipoema, para funcionar a partir do ano letivo de 1971.

PARECER

No projeto em tela, que visa autorizar a criação do estabelecimento de ensino, temos que relevar os seguintes pontos:

1.º — É política do Governo Federal é Estadual, a ampliação, tanto quanto possível da rede de ensino em todos os seus graus, razão pela qual dezenas de estabelecimentos vem sendo criados, inclusive movimentos meritórios, como o Mobral, visando atingir até mesmo os que não podem chegar a escola, indo, ela, até eles.

2.º — O Deputado Estadual é o legítimo representante do povo, que sente "in loco" os problemas e, no caso, o educacional sendo ao nosso ver o que possui o mandato do povo, para equacionar a necessidade local de um novo estabelecimento de ensino.

ASPECTO CONSTITUCIONAL

3.º — Está havendo uma controvérsia quanto a competência ou não da Assembleia Legislativa em tratar do assunto em análise, sob a afirmação de que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabelecimento, baseados na interpretação dos textos constitucionais que abaixo citamos:

4.º — A Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe:

"É de competência do Poder Executivo a iniciativa das Leis Orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio ou de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

5.º — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 41:

"Compete privativamente ao Governador:

I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acrescem a despesa bem como fixar ou modificarem os efetivos da Polícia Militar".

O fundamento que se baseia, a contradição é a de que a "Lei Autoriza despesas".

ANÁLISE DA CAUSA EM QUESTÃO

6.º — É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da lei em tese e o que ocorre na prática, isto é, no mecanismo que se processa da autorização, até o funcionamento de um estabelecimento educacional, senão vejamos:

a) — fase autorizatória: — não implica em nenhuma despesa, senão apenas a fase inicial de um estudo localizado do problema;

b) — fase de criação: — a criação de um estabelecimento também em nada compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e as condições técnicas o estabelecimento requerido pela população;

c) — fase de instalação: — é a fase em que o Estado tem que ter tudo previsto para o início do funcionamento, que se dá com este ato que passará a depender de recursos financeiros, por tanto de despesas;

d) — fase de funcionamento: — é aquela em que normalmente decorre o trabalho do ensino, sob a égide e nome do estabelecimento, com despesas normais de professores, funcionários, etc.

Vê-se, pela exposição clara e objetiva de que não há nenhum dispositivo constitucional, quer Federal ou Estadual, que seja contrário a autorização legislativa, que não implica em nenhuma despesa, mas, sim, no mero início público e oficial do equacionamento do problema, sendo portanto matéria de ordem geral, cuja faculdade é prevista na Constituição Estadual, artigo 21, onde são estabelecidas as atribuições do Poder Legislativo:

"I — Legislar sobre as matérias de competência do Estado".

ASPECTO LEGAL

O nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, em seu brilhante parecer, dispôs que o projeto em tela vinha colidir com a Lei normativa 4.178, em seu artigo 30, de 5 de dezembro de 1964 — Sistema Estadual de Ensino — data vinda aos argumentos ali expendidos, discordamos de que isto ocorra pelo seguinte:

a) — A mera autorização legislativa não colide de forma nenhuma com o artigo invocado do Sistema Estadual de Ensino que diz: "Os estabelecimentos oficiais de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura".

b) — Observa-se de que a fase autorizatória que envolve o presente projeto de lei, é fase anterior a criatória, que envolve o artigo 30 da Lei 4.178. Daí observa-se que esta lei é uma extensão, um prosseguimento àquela que autoriza.

Encerradas as observações quanto a lei autorizatória, analisemos a criação.

A Lei n.º 4.178, nada mais é de que um dispositivo votado pela Casa, em função da legislação vigente, sendo por outro lado a "lei que cria" um estabelecimento educacional paralelo a esta genérica, com a grande vantagem de tirar o caráter geral, para fixá-lo no particular, criar o estabelecimento no "lugar tal", visando o atendimento do povo.

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembleia de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isto ocorresse, o texto teria que ser "se serão criados por decreto do Poder Executivo" mediante proposta da Secretaria de Educação e Cultura" o que não ocorre no caso.

Finalmente, observada a inexistência real de dispositivos conflitantes, quer de ordem constitucional ou legal, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei, conforme emenda substitutiva anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 1971.

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Losso — Relator

Arthur de Souza

Acyr José

Cândido M. de Oliveira — vencido

Gilberto Carvalho

Muggiati Filho e

Sebastião Rodrigues Júnior

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

ONDE SE LÊ:

"a partir de 1971

LEIA-SE:

"A PARTIR DO PRÓXIMO ANO LETIVO"

Sala das Comissões, em 8 de julho de 1971.

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Losso — Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER

1.) — Objetiva o presente Projeto de Lei, de iniciativa do Nobre Deputado Fuad Nacli, autorizar o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual no Município de Paranaipoema, para funcionar no próximo ano letivo.

2.) — A utilidade do que se propõe é indiscutível, além de não gerar qualquer conflito de natureza constitucional ou legal.

3.) — O nosso parecer é pela aprovação, salvo melhor Juízo dos Mem. bros desta Douta Comissão.

Sala das Comissões, em 11-8-70.

(aa) Olavo Ferreira — Presidente

Alecar Furtado — Relator

Fabiano Braga Côrtes

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 78-70

AUTOR: — Deputado Fuad Nacli

PARECER

Visa o nobre deputado autor do presente plano de lei, criar um Ginásio Estadual no município de Paranaipoema.

A bem fundamentada justificativa que acompanha o projeto, foi de molde a nos convencer da oportunidade da matéria.

Nosso parecer portanto é pela sua aprovação, de acordo com a Emenda em anexo.

Sala das Comissões, em 25-8-70.

(aa) Roberto Galvani — Presidente

Wilson Fortes — Relator

Roberto Wypych — João Mansur — Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Paulo

Poli

COMISSÃO DE FINANÇAS

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 78-70

Art. 2.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Município Barbosa Ferraz, uma Escola Técnica de Comércio, para funcionar no ano letivo de 1971.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga das as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25-8-70.

(aa) Roberto Galvani — Presidente

Wilson Fortes — Relator

Roberto Wypych — João Mansur — Paulo Poli — Ivo Tho-

mazoni — Silvio Barros

EMENDA

AO PROJETO DE LEI N.º 78-70

ACRESCENTE-SE ONDE COUBER:

Fica o Poder Executivo autorizado a criar, para funcionar no ano de sanção ou promulgação do presente Projeto, ou no subsequente, um Ginásio Estadual em JACUTINGA, distrito de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em ... de

(a) Deputado Olívio Belich

JUSTIFICATIVA:

Emendas aditivas a Projetos de Lei, desde que versem sobre assuntos correlatos tem amplo cabimento e merecem acolhida, principalmente quando seu próprio texto demonstra a preocupação do legislador em dotar o Estado com Estabelecimentos de Ensino necessários ao atendimento de crianças em idade de frequência a Ginásios, mas que, por dificuldades de locomoção, impossibilidades financeiras e outras razões relevantes, são pri-

vadas de assimilação de ensinamentos didáticos e culturais, pela falta de um educandário na localidade onde residem. O intento revelado pela Emenda é o de oferecer condições para inúmeras crianças estudarem, completando o curso de ciências e letras, e as colocando nos umbrais de cursos superiores, a fim de que o Paraná e o Brasil possam contar com técnicos, com elementos altamente capacitados, gabaritados, para o exercício de missão patriótica. O Paraná já se destaca no setor educacional e o seu Governo se empenha em não deixar nenhuma criança sem escola. O Plano de Lei constitui subsídio à concretização que tem empenho.

É encaminhado à Mesa, o seguinte requerimento:

(Lê):

"Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais.

Considerando a existência de Substitutivo e emendas complementares oferecidas ao Projeto de Lei n.º 78-70 pelas Comissões Técnicas,

Requer, de devolução do referido Projeto à Comissão de Constituição e Justiça a fim de possibilitar sejam reformuladas as emendas e o referido Substitutivo.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1972.

(a) Ivo Tomazoni

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 288-70, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o Ginásio João XXIII, de Santa Terezinha, Município de Foz do Iguaçu. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 288-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar o Ginásio João XXIII, de Santa Terezinha, no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 06 de outubro de 1970.

(a) Dep. João Mansur

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 288-70

AUTOR: — Dep. João Mansur

SÚMULA: — Autoriza o Poder Executivo estadualizar o Ginásio João XXIII, de Santa Terezinha, Município de Foz do Iguaçu.

PARECER

Segundo tem entendido esta Egrégia Comissão, não há óbices constitucionais ou legais a projetos dessa natureza.

Nada a opor ao projeto.

Sala das Comissões, 4 de maio de 1971

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Muggiati Filho — Relator

Armando Queiroz, Cândido Martins de Oliveira, Igo Losso e

Arthur de Souza

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N.º 288-70

AUTORR: Dep. João Mansur

PARECER

O Estado é responsável pela educação de seus habitantes, sendo óbvio que deve arcar com os ônus deste trabalho.

Sendo assim, opinamos pela aprovação do projeto S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em 26.5.71.

(aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Acyr José — Arizone Araújo e Francisco Escorsin

COMISSÃO DE FINANÇAS

AUTOR: — Dep. João Mansur

SÚMULA: — Autoriza o P.E. a estadualizar o Ginásio João XXIII de Santa Terezinha, Município de Foz do Iguaçu.

PARECER

De alto alcance quanto ao mérito, o presente projeto de Lei não traz nenhuma implicação de ordem financeira. Trata-se de matéria meramente autorizatória.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11 de novembro de 1971.

(aa) Leopoldo Jacomel — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Santos Lima — Ovidio Franzoni

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 132-71, de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, que autoriza o Poder Executivo constituir a "Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras do Paraná" — (CINTEAPA), com o objetivo de projetar, melhorar e conservar estradas situadas no âmbito Municipal, identificadas como Alimentadoras do Sistema Rodoviário Estadual e Federal. Parecer Contrário da C.C.J. — Em discussão

PROJETO DE LEI N.º 132-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a constituir uma companhia, sob a denominação de "Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras" do Paraná — CINTEAPA — com o objetivo de realizar estudos e elaborar projetos de construção, melhoria e conservação de estradas situadas no âmbito municipal, identificadas como "alimentadoras" do siste-

ma rodoviário estadual e federal, bem como praticar todo e qualquer ato ligado à consecução desse resultado.

Parágrafo único — Além do Estado, poderão integrar a companhia os municípios em cujo território se achem as referidas estradas, nela ingressando por ocasião de sua constituição ou à medida em que for autorizado e resolvido o aumento do capital social.

Art. 2.º — A CINTEAPA, terá, ainda, como encargo fundamental, promover, através de empresas subsidiárias, cuja constituição fica, desde já, autorizada, a implantação de uma política rodoviária intermunicipal integrada, prestar aquelas mesmas empresas, assistência técnica, fiscalizar as obras e serviços contratados e exigir das mencionadas empresas a fiel execução dos planos e programas rodoviários que elaborar.

Parágrafo único — As empresas a que alude este artigo serão constituídas mediante a reunião de municípios em regiões, na forma prevista na Constituição do Estado, de modo que a cada região corresponda uma empresa subsidiária.

Art. 3.º — Por decisão da Assembléia Geral, a Companhia poderá, ampliando o seu capital, emitir ações a serem subscritas por outros municípios, segundo o critério firmado no parágrafo único do art. 1.º, e pelo Estado, na forma da lei. Os municípios, que vierem a fazer parte da Companhia, o farão, ao mesmo tempo em que, reunidos na forma do parágrafo único do artigo anterior, constituírem mais uma empresa subsidiária.

Art. 4.º — O capital inicial da CINTEAPA será de Cr\$ 1.630.000,00 (Um milhão seiscentos e trinta mil cruzeiros), dividido em 163.000 (cento e sessenta e três mil) ações de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros) cada uma, todas nominativas, sendo 81.500 (oitenta e um mil e quinhentas) preferenciais.

Parágrafo único — Do total referido neste artigo o Estado do Paraná subscreverá 32.600 (trinta e dois mil e seiscentas) ações ordinárias, cabendo aos municípios que ingressarem na Companhia a subscrição do restante do capital social, na proporção da capacidade financeira de cada um.

Art. 5.º — Os dividendos que couberem ao Estado e aos municípios que façam parte da CINTEAPA serão aplicados, inicialmente:

a) — na integralização dos valores das ações subscritas pelo Estado e pelos municípios integrantes da sociedade;

b) — na aplicação, at: 20% em serviços rodoviários, ligando zonas de alta produção e abastecimento e centros de comercialização ou de consumo que não tenham constado originariamente de Plano Diretor.

Art. 6.º — Para integralização do valor de suas ações, na CINTEAPA, o Estado do Paraná poderá utilizar bens e direitos alienáveis que possua, relacionados com o setor rodoviário e os créditos e verbas devidamente autorizados para esse fim.

Art. 7.º — É o Poder Executivo autorizado:

a) — a designar, por decreto, o representante do Estado nos atos constitutivos da CINTEAPA — Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras do Paraná e das empresas subsidiárias que vierem a ser criadas;

b) — a oferecer a garantia do Estado, sob a forma de fiança, aval, endosso ou outra qualquer, às operações de crédito e aos contratos para execução de obras e aquisição de materiais e equipamentos celebrados pela Companhia e pelas empresas subsidiárias que, com o mesmo objetivo, vierem a ser criadas;

c) — a consignar, na proposta orçamentária para 1972, verba própria para integralização do restante do valor das ações subscritas.

Art. 8.º — A Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras do Estado do Paraná terá um Conselho Administrativo, onde, além do representante do Estado deverá haver representantes das empresas subsidiárias, na proporção de um para cada empresa.

§ 1.º — As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria absoluta de seus membros, sendo o voto do representante do Estado equiparado ao de uma subsidiária.

§ 2.º — A escolha dos representantes das subsidiárias será feita pelas mesmas, sendo que todos os seus integrantes terão voto igualitário independentemente do capital com que cada município entre para o empreendimento.

Art. 9.º — O Estado do Paraná responde subsidiariamente por todos os compromissos legalmente assumidos pela CINTEAPA e suas subsidiárias.

Art. 10.º — As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas, no corrente exercício, pela dotação da rubrica sob código local 4.1.00 — Despesas de Capital (Investimentos), no valor de Cr\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil cruzeiros) do orçamento vigente.

Art. 11.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 12.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1971.

(a) Dep. Nivaldo Krüger

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa que ora submetemos à consideração dos Srs. Deputados, é o meio capaz de solucionar em prazo curto, os problemas de fronteira pelo Estado, para a construção de Estradas Alimentadoras, no âmbito municipal. Elas são identificadas por este nome, por que são, verdadeiramente, as que canalizam para o sistema rodoviário estadual e federal, os meios de produção etc. que vão alimentá-las.

Adotada no Rio Grande do Sul, sob a mesma estrutura funcional, ela apresentou resultados altamente expressivos, que colocaram aquela unidade federativa em condição privilegiada em nosso País. Oxalá, possamos repetir o mesmo êxito.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 132-71

PARECER

O nobre Deputado Nivaldo Krüger propõe que a Assembléia autorize o Poder Executivo a constituir uma empresa pública, sob a forma de sociedade por ações, com a finalidade de estudar, projetar e praticar toda espécie de atos necessários a dotar o Estado de um sistema viário, constituído de rodovias "alimentadoras" da rede estadual e federal de estradas.

Entre outras disposições de sentido complementar, o projeto estabelece também que o Estado deverá compulsoriamente subscrever 32.600 ações nominativas ordinárias, oferecer garantia, sob a forma de fiança, aval ou endosso, às operações de crédito e aos contratos realizados, além de consignar no orçamento vindouro a dotação correspondente ao total de ações subscritas.

Determina, finalmente, o projeto no penúltimo artigo, que as despesas com a execução da lei correrão pela dotação orçamentária indicada, no valor de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros).

Analisando cuidadosamente a iniciativa do ilustre deputado Nivaldo Krüger, com o maior interesse em função da importância da matéria nela disciplinada, esbarramos infelizmente em obstáculo de natureza constitucional de difícil, senão impossível remoção.

Trata-se do disposto nos arts. 47 — I — e 35 da Constituição do Estado que tem por objetivo superior o de assegurar ao Executivo as iniciativas que possam afetar a estrutura administrativa e econômico-financeira do Estado.

Ora, como está redigida a matéria do projeto, na sua essência dependente da movimentação de valores pecuniário do Estado, não reúne condições de viabilidade constitucional e legal.

Por essa razão, embora louvando a procura de solução para tão grave problema paranaense, devemos render-nos perante o imperativo da Carta Estadual.

Pela rejeição.

Sala das Comissões, 4.11-71.

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Armando Queiroz — Relator

Emílio Carazzai — Muggiati Filho — Sebastião Rodrigues

Júnior — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Arthur de Souza

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR. — (Pela ordem). Sr. Presidente requiro a V. Exa. o adiamento por 3 sessões, da votação do Projeto de autoria do nobre Deputado Nivaldo Krüger, uma vez que S. Exa. não se encontra presente.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento. — Aprovado.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 25-72, de autoria do Dep. Xenofonte Villanueva, fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais da Cidade de Rolândia. Parecer favorável da C.C.J. — Em regime de urgência. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 25-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Artigo 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Rolândia.

Artigo 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1972.

(a) Dep. Xenofonte Villanueva

JUSTIFICATIVA:

A "Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Rolândia, tem como as congêneres de nosso Estado, promovido destacado atendimento às crianças que apresentem esse problema.

No Município de Rolândia, estão construindo modelar escola, toda de alvenaria, para atendimento dos mais rigorosos padrões técnicos, cuja primeira etapa deverá ser inaugurada, no dia 21 do corrente mês.

Desnecessário é ressaltar a contribuição que estão dando ao Município e ao Estado, portanto nada mais justo, que seja declarada de Utilidade Pública, para o que contamos com o apoio dos Senhores Deputados com assento nesta Assembléia Legislativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 25-72

AUTOR: — Dep. Xenofonte Villanueva

SÚMULA: — Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais da cidade de Rolândia.

PARECER

Do exame da documentação instrutiva, infere-se a viabilidade legal do presente Projeto, sendo o ato legal declaratório pertinente, conforme a justificativa do nobre Deputado Xenofonte Villanueva.

Isto posto, somos pela Apreciação.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1972.

(aa) Armando Queiroz — Presidente

Luiz Roberto Soares — Relator

Ovidio Franzoni — Cândido Martins de Oliveira — Emílio Carazzai — Santos Lima.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Ivo Tomazoni, Sebastião Rodrigues Júnior e Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Victor Silvio Biazus. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aguiinaldo Pereira Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo passamento do Sr. Salomão Khoury. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, pela decisão adotada de execução direta, com recursos próprios, da Municipalidade, dos serviços de capeamento viário com lama asfáltica. Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Arthur de Souza, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 5-72. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para a próxima quarta-feira, dia 24, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 2-72, 4-72; e do Projeto de Lei n.º 9-72;

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 288-70 e 25-72;

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 284-71, 285-71 e dos Projetos de Resolução n.ºs 6, 7 e 8-72.

A Presidência lembra aos Srs. Deputados que está marcada para amanhã, terça-feira, dia 23, às 15,00 horas, uma Sessão Solene, destinada a conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Sr. Hermann Goergen. Levanta-se a sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA N.º 166-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3406-72, de 16 de maio de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

designar, nos termos do disposto no Art. 308, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, os funcionários Laertes Luiz Fogiatto, João Alberti Andretta e Sergio Zacarias, para, sob a Presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância, encarregada de apurar irregularidades envolvendo funcionários lotados no Serviço de Assistência Social.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de maio de 1972.

(a) Fausto Luiz Abry

Diretor Geral

PORTARIA N.º 167-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.717, de 25 de abril de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

designar os funcionários Esverben Guimarães Plaisant, Paulo de Tarso de Oliveira Abbas e Bogdano Karpen, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Revisora do Inquérito Administrativo instituído pelo Decreto Legislativo n.º 397-69, de 15 de julho de 1969.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de maio de 1972.

(a) Fausto Luiz Abry

Diretor Geral

PORTARIA N.º 168-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3.511, de 17 de maio de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Sílvia Peixoto Granado, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1.972, a partir de 22 de maio de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de maio de 1972.

(a) Fausto Luiz Abry

Diretor Geral

PORTARIA N.º 169-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3.483, de 17 de maio de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

I — Revogar a Portaria n.º 131-71, de 25 de fevereiro de 1.971, que designou Osmar Luiz Delagassa Passos para prestar serviços no Gabinete da 1.a Secretaria;

II — Designar o funcionário acima citado para prestar serviços no Gabinete da Presidência.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de maio de 1972.

(a) Fausto Luiz Abry

Diretor Geral

PORTARIA N.º 170-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3.565, de 18 de maio de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

designar os funcionários Laertes Luiz Fogiatto, José Paulo Orth e Umberto Moro Redeschi, para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Apreciação e Julgamento das propostas referentes ao Edital de Tomada de Pregos n.º 4-72, de 19 de maio de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de maio de 1972.

(a) Fausto Luiz Abry

Diretor Geral

PORTARIA N.º 171-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3.459, de 17 de maio de 1.972 deste Poder,

R E S O L V E :

Lotar Juvenal Javorki, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Serviço de Biblioteca.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de maio de 1972.

(a) Fausto Luiz Abry

Diretor Geral

PORTARIA N.º 172-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2147-72, de 07 de abril de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

designar Raimundo Carlos Capela Pioli, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado Erondy Silvério.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de maio de 1972.

(a) Fausto Luiz Abry

Diretor Geral

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE POLÍCIA

Aos dezoito dias do mês de abril de mil novecentos e setenta e dois, às quinze horas, reuniu-se na Sala das Comissões a Comissão de Polícia, registrando-se a presença dos Srs. Deputados Paulo Poli, Aguiinaldo Pereira

Lima, Wilson Brandão, Antonio Maciel e Antonio Belinatti. Constatada a existência de número legal, assumiu a direção dos trabalhos na condição de mais idoso, o Deputado Paulo Poli. DANDO início aos trabalhos o Deputado Paulo Poli falou da necessidade de ser processada a eleição do Presidente da Comissão. O Deputado Antonio Maciel pedindo a palavra indicou o nome de seu companheiro Aginaldo Pereira Lima para aquela função, sendo a indicação aceita por unanimidade. A seguir o Deputado Aginaldo Pereira Lima assumiu a presidência agradecendo a confiança nele depositada. Igualmente por unanimidade, foi escolhido como vice-presidente o Deputado Antonio Belinatti. Foi ainda indicado para o cargo de Secretário da Comissão, o nome do funcionário Francisco Accioli Rodrigues da Costa Neto. As reuniões serão marcadas de acordo com a existência de matéria de sua competência. Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos, dos quais lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretário.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 1972.

(aa) Aginaldo Pereira Lima — Presidente
Accioli Neto — Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
ATA DA 1a. REUNIAO ORDINARIA
2a. SESSÃO LEGISLATIVA — 7a. LEGISLATURA

Aos nove dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões, às 14.30 horas, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Fuad Nacli, contando com as presenças dos Senhores Deputados David Federmann, Odilon Reinhardt, Antônio Lopes Júnior e Antônio Belinatti. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Na hora do expediente decidiram os membros presentes que, dado a importância da Mensagem Governamental, dispondo sobre o abono do funcionalismo público, iriam dialogar com o Senhor Governador Parigot de Souza, no Palácio Iguaçu e com o Secretário da Fazenda, Maurício Schulmann, visando a concessão de um reajuste de vencimentos, em base superior ao constante da Mensagem Governamental 1.72. Em seguida passou-se a Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 162-70 — de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomet, que autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Normal de Grau Colegial, na sede do Município de São Jerônimo da Serra, e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 185-70 — de autoria do Senhor Deputado Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo a criar um ginásio estadual, no distrito de Santa Bárbara, Município de Santa Cecília do Pavão, e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Odilon Reinhardt, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 186-70 — de autoria do Senhor Deputado Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Comercial em São Jerônimo da Serra e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 251-70 — de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, que cria um Escola Normal, em Maria Helena. Relator Senhor Deputado Odilon Reinhardt, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 46-71 — de autoria do Senhor Deputado Quilise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo através de coordenação de Secretaria de Obras Públicas, proceder instalação de linha telefônica ao longo da BR-116, trecho Curitiba-Usina Capivari Cachoeira. Relator Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 225-71 — de autoria do Senhor Deputado Cândido Martins de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo criar como Fundação de Direito Público, uma Faculdade de Ciências Econômicas, na cidade de Pato Branco. Relator Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 251-71 — de autoria do Senhor Deputado Quilise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo construir através da S.V.O.P., um prédio para funcionamento do ginásio de Andrianópolis e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Odilon Reinhardt, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 252-71 — de autoria do Senhor Deputado Quilise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo, construir, através da S.V.O.P., um prédio para funcionamento do ginásio do Município de Bocaiuva do Sul e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Odilon Reinhardt, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar eu, Teresinha Barbosa de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

aa) FUAD NACLI — Presidente

TERESINHA B. de M. e CLARO — Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
7a. LEGISLATURA — 2a. SESSÃO ORDINARIA
ATA DA 4a. REUNIAO ORDINARIA

Aos dez dias do mês de maio de hum mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Senhor Deputado Cândido M.M. de Oliveira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Senhor Deputado Gabriel Manoel apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 167-70 — autor Deputado Abraão Miguel, autoriza o Poder Executivo a transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria a estrada que liga os municípios que especifica. PROJETO DE LEI N. 171-70 — autor Senhor Deputado David Federmann, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual, em Telêmaco Borba. PROJETO DE LEI N. 217-70 — autor Senhor Deputado Tílio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a criar um curso colegial, em Mandaguá. PROJETO DE LEI N. 279-70 — autor senhor deputado Wilson Fortes, que cria o curso científico, em Paraíso do Norte. PROJETO DE LEI N. 319-70 — autor Senhor Deputado Erondy Silvério, que cria um curso ginasial no bairro de Vila Fany, desta Capital, para funcionar no próximo ano letivo. PROJETO DE LEI N. 171-71 — autor Senhor Deputado Rosário Pitelli, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (A.P.A.E.) da cidade de Santa Mariana. PROJETO DE LEI N. 193-71 — autor Senhor Deputado Maurício Fruct, que declara de utilidade pública a Assistência, Proteção e Amparo das Meninas Pobres de Antonina. PROJETO DE LEI N. 211-71 — autor Senhor Deputado Emílio Carazzini, que eleva o "quatum" da pensão

mensal assegurada às viúvas dos deputados estaduais. PROJETO DE LEI N. 259-71 — autor, Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo criar no Distrito de Nova Prata, Mun. de Sauto, do Lontra, uma Agência de Rendas. PROJETO DE LEI N. 278-71 — autor Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública, a Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional, com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI N. 20-71 — autor Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 87-71 — que aprova o convenio celebrado em outubro de 1970, entre o Estado do Paraná e o Ministério da Agricultura, com finalidade de executar o policiamento e fiscalização do trânsito de plantas "CITRUS" e afins conforme recomendações do Executor do Projeto de Combate ao Câncer Cítrico. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
LÉLIO G. SOTTO-MAIOR — Secretário.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 167-70
A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga os Municípios de Astorga, Munhoz de Mello, Santa Fé e Lobato, numa extensão de 50 (cinquenta) quilômetros.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-5-72

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
GABRIEL MANOEL e BASÍLIO ZANUSSO — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 171-70
A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Telêmaco Borba, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-5-72

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
GABRIEL MANOEL e BASÍLIO ZANUSSO — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 217-70
A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um curso colegial, anexo ao Ginásio Estadual Paulo Pimentel, na sede do Município de Mandaguá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-5-72

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
GABRIEL MANOEL e BASÍLIO ZANUSSO — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 279-70
A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criado um Curso Científico na cidade de Paraíso do Norte, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-5-72

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
GABRIEL MANOEL e BASÍLIO ZANUSSO — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 319-70
A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criado um curso ginasial para funcionar a partir do próximo ano letivo, no bairro da Vila Fany, na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-5-72

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
GABRIEL MANOEL e BASÍLIO ZANUSSO — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 171-71
A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (A.P.A.E.), de Santa Mariana.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-5-72

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
GABRIEL MANOEL e BASÍLIO ZANUSSO — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 193-71
A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Assistência, Proteção e Amparo às Meninas Pobres de Antonina, com sede no bairro da cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-5-72

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
GABRIEL MANOEL e BASÍLIO ZANUSSO — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 211-71
A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — A pensão mensal especial assegurada à viúva de deputado estadual, de que tratam as Lei n. 4.763, de 5 de novembro de 1963, Lei n.

54-63, de 22 de novembro de 1.963 e Lei n. 5.155, art. 2.º, regulamentada pelo Decreto Legislativo n. 180-64, de 19 de maio de 1.964, fica estabelecida em valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da parte fixa do subsídio de deputado estadual.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-5-72

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
GABRIEL MANOEL e BASÍLIO ZANUSSO — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 259-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Distrito de Nova Prata, Município de Sando do Lontra, uma Agência de Rendas.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-5-72

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
GABRIEL MANOEL e BASÍLIO ZANUSSO — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 278-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 2.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública a Fundação Eumênica de Proteção ao Excepcional, sediada nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-5-72

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
GABRIEL MANOEL e BASÍLIO ZANUSSO — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 20-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado a 1.º de outubro de 1.970, entre o Estado do Paraná e o Ministério da Agricultura com a finalidade de executar o policiamento e fiscalização do trânsito de plantas "Citrus" e affins, conforme recomendações do Executor do Projeto de Combate a Câncer, Citrico.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-5-72

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
GABRIEL MANOEL e BASÍLIO ZANUSSO — Relatores

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

7a. LEGISLATURA — 1a. SESSÃO ORDINÁRIA

ATA DA 4a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de maio, do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, às quinze horas e quarenta e cinco minutos, após o término da Sessão Plenária, reuniu-se, ordinariamente, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Armando Queiroz, e presentes os Senhores Deputados Emílio Carazzai, Santos Lima, Cândido Manoel, Luiz Roberto Soares, Ovidio Franzoni e Mauricio Fruet. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, solicitando fosse lida a Ata da reunião anterior. Requerida dispersa da leitura da Ata; Deferido. Constatou da Hora do Expediente o ofício recebido da Secretaria da Fazenda, informando sobre o Projeto de Lei n. 2-72, que estava em diligência junto aquela Pasta. Anexado ao Projeto de Lei o ofício em apreço. Com a palavra o Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, fala a respeito dos convênios firmados pelo Poder Executivo que necessitam de aprovação desta Assembleia Legislativa, e que existem inúmeros convênios que não vem para esta Casa a fim de receberem a devida aprovação, cita alguns deles: Sugere que esta Comissão solicite ao Poder Executivo informações sobre esses convênios. O Senhor Presidente esclarece que a maneira mais clara e direta seria a interpelação em plenário, e que não é atribuição desta Comissão tomar tais providências. O Senhor Deputado Luiz Roberto Soares solicita a palavra para dizer que não sabe o que é mais grave, se o procedimento do Poder Executivo ou se a infringência da norma legal, pois a aprovação do convênio é ato "sine qua non" para a sua validade. Acha de externa inviolabilidade tal procedimento, e que requerimento neste sentido deveria ser assinado por todos os Membros desta Comissão. O Senhor Deputado Cândido Manoel acha que a Comissão de Constituição e Justiça tem fundamental obrigação de levantar o problema, porém sobre o aspecto administrativo, sem ser dado publicidade e em termos genéricos, deveria solicitar esclarecimentos sobre esses convênios. O Senhor Deputado Mauricio Fruet solicita a palavra para dizer que a última reunião desta Comissão pensou em levantar este problema, principalmente tendo em vista conhecimentos que tomou sobre determinados convênios firmados recentemente. Acredita que o nosso dever esta fiscalização, e a tomada de providências necessárias para esclarecimento. O Senhor Deputado Luiz Roberto Soares esclarece que a via mais adequada seria o Regimento Interno, assim sendo, requer, conforme artigos 46 e 63 e parágrafo, que seja solicitado a presença dos Senhores Secretário do Governo, Secretário de Educação e Cultura e Diretor da Fundepar, Secretário de Segurança Pública e Diretor do Detran, marcando dia e hora diferentes para cada um comparecer perante esta Comissão, a fim de que seja esclarecidas certas dúvidas com respeito aos convênios firmados pelo Poder Executivo. Em discussão a proposição. Em votação. Aprovada. O Senhor Presidente solicita a esta Secretaria que providencie ofícios à Mesa Executiva convocando os Secretários de Governo mencionados na Proposição do Senhor Deputado Luiz Roberto Soares. O Senhor Presidente faz chegar ao conhecimento dos Senhores Membros desta Comissão o teor de dois ofícios que serão expedidos aos senhores Secretário do Governo e Chefe da Casa Civil, comunicando que foram apreciadas todas as Mensagens do Poder Executivo recebidas nesta Comissão, no período, em que está na Presidência da mesma. Passou-se à Ordem do Dia. 1.º) PROJETO DE LEI N. 2-72, de autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin. Concede anistia de multas, juros e majorações legais, lançados, até 31-12-71, aos contribuintes em atraso com o ICM, e dá outras providências. Relator Deputado Mauricio Fruet. Parecer: favorável. Aprovado. Dado à Ordem do Dia. 2) PROJETO DE LEI N. 19-72, de autoria do Senhor Deputado Armando Queiroz. Autoriza o Poder Executivo construir uma unidade escolar

com três salas de aulas, no Distrito de Malu, Município de Terra Rica. Relator Deputado Mauricio Fruet. Parecer: favorável. Aprovado. 3) PROJETO DE LEI N. 20-72, de autoria do Senhor Deputado David Federmann. Declara de utilidade pública a Casa da Amizade de Ponta Grossa, com sede e foro na cidade do mesmo nome. Relator Deputado Paulo Camargo. Requer seja convertido em diligência junto à Entidade a fim de providenciar documentos necessários à instrução do processo. Deferido. 4) PROJETO DE LEI N. 22-72, de autoria do Senhor Deputado Basilio Zanusso. Declara de utilidade pública a União dos Oficiais e Proprietários de Farmácia do Norte do Paraná, com sede em Londrina. Relator Deputado Erondy Silvério. Requer seja convertido em diligência junto à Entidade a fim de providenciar documentos necessários à instrução do processo. Deferido. 5) PROJETO DE LEI N. 23-72, de autoria do Senhor Deputado Domicio Scaramella. Autoriza o Poder Executivo transferir ao DER a estrada de Rodagem que liga os Municípios de Bituruna e Palmas, passando pelo Distrito de Ubaldino Taques. Relator Deputado Santos Lima. Parecer: favorável. Aprovado. 6) PROJETO DE LEI N. 24-72, de autoria do Senhor Deputado Alvaro Dias. Declara de utilidade pública a Liga Regional de Futebol da cidade de Londrina. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Requer seja convertido em diligência junto à Entidade a fim de providenciar documentos necessários à instrução do processo. Deferido. 7) PROJETO DE LEI N. 25-72, de autoria do Senhor Deputado Xenofonte Villanueva. Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais da cidade de Rolândia. Relator Deputado Luiz Roberto Soares. Parecer: favorável. Aprovado. 8) PROJETO DE LEI N. 26-72, de autoria do Senhor Deputado Arthur de Souza. Declara de utilidade pública a Associação dos Economistas do Paraná, com sede e foro nesta Capital. Relator Deputado Santos Lima. Parecer: favorável. Aprovado. 9) PROJETO DE LEI N. 29-72, de autoria do Senhor Deputado Mauricio Fruet. Autoriza o Poder Executivo construir duas penitenciárias agrícolas no interior do Estado e dá outras providências. Relator Deputado Cândido Manoel. Parecer: favorável. Aprovado. 10) PROJETO DE LEI N. 31-72, de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel. Autoriza o Poder Executivo firmar convênio, através da Secretaria de Transportes, com a Prefeitura Municipal de Piraquara, para construção de uma ponte de alvenaria sobre o rio Iraí, naquela comuna. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer: favorável. Aprovado. 11) PROJETO DE LEI N. 32-72, de autoria do Senhor Deputado Aryzone Araújo. Declara de utilidade pública a Associação Lar de Meninas da cidade de Francisco Beltrão. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Requer seja convertido em diligência junto à Entidade a fim de providenciar documentos necessários à instrução do processo. Deferido. 12) PROJETO DE LEI N. 33-72, de autoria do Senhor Deputado David Federmann. Autoriza o Poder Executivo criar uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, do Município da Telmaco Borba. Relator Deputado Mauricio Fruet. Parecer: favorável. Aprovado. 13) PROJETO DE LEI N. 34-72, de autoria do Senhor Deputado Borsari Netto. Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância da cidade de Rancho Alegre. Relator Deputado Cândido Manoel. Parecer: favorável. Aprovado. 14) PROJETO DE LEI N. 36-72, de autoria do Senhor Deputado Domicio Scaramella. Declara de utilidade pública o Regional Hospital de Caridade Nossa Senhora Aparecida, da cidade de União da Vitória. Relator Deputado Santos Lima. Parecer: favorável. O Deputado Luiz Roberto Soares requer vista do processo. Deferido. 15) PROJETO DE LEI N. 74-71, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério. Autoriza o Poder Executivo elevar para Cr\$ 200,00, a pensão mensal concedida à Vicentina de Moraes Gomes. Relator Deputado Emílio Carazzai. Parecer: favorável. Aprovado. 16) PROJETO DE LEI N. 128-71, de autoria do Senhor Deputado Xenofonte Villanueva. Cria um Ginásio Estadual em Vila Oliveira, cidade de Rolândia, para funcionar no ano letivo de 1972. Relator Deputado Emílio Carazzai. Parecer: favorável. Aprovado. 17) PROJETO DE LEI N. 147-71, de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho. Autoriza o Poder Executivo transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem a estrada que liga São Pedro do Ivaí a Placa Luar, na forma que especifica. Relator Deputado Emílio Carazzai. Parecer: favorável. Aprovado. 18) PROJETO DE LEI N. 159-71, de autoria do Senhor Deputado Domicio Scaramella. Autoriza o Poder Executivo criar no Distrito de São Cristóvão, Município de União da Vitória, um Curso Ginasial para funcionar no ano letivo de 1972. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer: contrário. Aprovado. 19) PROJETO DE LEI N. 231-71, de autoria do Senhor Deputado Xenofonte Villanueva. Transfere a sede da 19.ª Inspeção Regional de Ensino, para a cidade de Rolândia. Relator Deputado Santos Lima. Parecer: pelo arquivamento. Aprovado. 20) PROJETO DE LEI N. 241-71, de autoria do Senhor Deputado Alvaro Dias. Autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Normal em Garavera, Município de Londrina, e dá outras providências. Relator Deputado Cândido Manoel. Parecer: requer seja convertido em diligência junto à Secretaria de Educação e Cultura, a fim de que se pronuncie a respeito. Deferido. 21) PROJETO DE LEI N. 250-71, de autoria do Senhor Deputado Nivaldo Krüger. Autoriza o Poder Executivo construir o Colégio Estadual de Entre Rios, Município de Guarapuava, e dá outras providências. Relator Deputado Emílio Carazzai. Parecer: favorável. Aprovado. 22) PROJETO DE LEI N. 257-71, de autoria do Senhor Deputado Antônio Costa. Autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Icaraíma a Ivaté. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer: favorável. Aprovado. 23) PROJETO DE LEI N. 283-71, de autoria do Senhor Deputado Aryzone Araújo. Autoriza o Poder Executivo estadualizar o Ginásio Redentor, situado em Nova Prata, Município de Salto do Lontra. Relator Deputado Emílio Carazzai. Parecer: favorável. Aprovado. 24) PROJETO DE LEI N. 28-69, de autoria do Senhor Deputado Olivir Gabardo. Acresce ao artigo 128, da Lei n. 5.871, de 6.11.68. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Parecer: contrário. Aprovado. 25) PROJETO DE LEI N. 614-67, de autoria do Senhor Deputado Aginaldo Pereira Lima. Declara de utilidade pública o Diretório Acadêmico Lycio Velozzo da Faculdade de Agronomia e Veterinária do Paraná. Relator Deputado Erondy Silvério. Requer seja convertido em diligência junto a Entidade. Deferido. 26) PROPOSIÇÃO N. 92-72, de autoria da Fundação Teatro Guaíra. Ofício n. 79-71, encaminhando relatório de suas atividades durante o exercício de 1971, acompanhados dos balancetes da Fundação. Relator Deputado Camargo. Parecer: favorável. O Deputado Luiz Roberto Soares requer vista do processo. Deferido. 27) PROPOSIÇÃO N. 20-70, de autoria da Secretaria do Interior e Justiça. Ofício encaminhando seja assegurada estabilidade dentro da Constituição Estadual a Guardas Civis conforme relação anexa. Aprovado. 28) PROPOSIÇÃO N. 270-68, de autoria dos Prefeitos Municipais de Loanda e Santa Izabel do Ivaí. Ofício encaminhando expediente de convênio firmado entre os referidos Municípios relativos a acordo conforme Resolução 307, desta Assembleia Legislativa. Relator Deputado Erondy Silvério. Requer seja convertido em diligência junto aos Municípios interessados. Deferido. 29) —

PROPOSIÇÃO N. 1-72, de autoria do Senhor Deputado Maurício Fruet. Instituto destinado a divulgar a importância do Poder Legislativo no Desenvolvimento do Estado do Paraná, e dá outras providências. Relator Deputado Luiz Roberto Soares. Parecer: favorável. Aprovado. 30) — PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 13-68, de autoria do Senhor Deputado Paulo Poli. Requerimento solicitando autorização do Senhor Deputado Primeiro Secretário deste Poder, para reembolsar despesas de internamento do Senhor Deputado Clívio Belich, em casa de saúde nesta Capital e na cidade de São Paulo. Relator Deputado Maurício Fruet. Requer seja convertido em diligência junto ao Autor, a fim de instruir o processo. Deferido. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, e para constar lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os Membros desta Comissão será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Armando Queiroz, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária.

- a) Deputado Armando Queiroz — Presidente
a) Rita Celestino Soares — Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.a LEGISLATURA — 2.a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 5.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesesseis dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do senhor deputado Cândido M. M. de Oliveira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. Foi lida e aprovada a Ata da reunião, anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o senhor deputado Alvaro Dias, apresentou redação final aos seguintes projetos: PROJETO DE LEI N. 87-70 — autor sr. dep. Leopoldo Jacomet que transfere ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga o Mun. de Formosa do Oeste ao de Guairá, como especifica. PROJETO DE LEI N. 176-70 — autor sr. dep. Paulo Poli, que autoriza o P.E. criar um Colégio Comercial Estadual, em Guaraniaguá, e dá outras providências. PROJETO DE LEI N. 197-70 — autor sr. dep. Leopoldo Jacomet, que autoriza o P.E. criar uma Escola Técnica de Comércio, em Jussara, e dá outras providências. PROJETO DE LEI N. 198-70 — autor sr. dep. Leopoldo Jacomet que autoriza o P.E., criar um Ginásio Estadual em Tijucas do Sul, e dá outras providências. PROJETO DE LEI N. 206-70 — autor sr. dep. Ivo Thomazoni, que autoriza o P.E. criar um curso ginasial em Sapopema. PROJETO DE LEI N. 212-70 — autor sr. dep. João Mansur, que autoriza o P.E. criar uma Escola Normal de Grau Colegial, em Nova América da Colina. PROJETO DE LEI N. 223-70 — autor sr. dep. Arthur de Souza, que autoriza o P.E. criar uma Escola Normal de Grau Colegial, em São Jerônimo da Serra. PROJETO DE LEI N. 281-70 — autor sr. dep. Wilson Fortes, que cria o Ginásio Estadual de Santa Eliza, Distrito de Umuarama, para funcionar a partir do próximo ano letivo. PROJETO DE LEI N. 292-70 — autor sr. dep. Wilson Fortes, que cria a Escola Comercial de São Carlos do Ivaí, para funcionar no próximo ano letivo. PROJETO DE LEI N. 9-71 — autor sr. dep. Xenofonte Villanueva, que autoriza o P.E. a transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga a cidade Rolândia a de Astorga, em uma extensão de 40 quilômetros. PROJETO DE LEI N. 34-71 — autor sr. dep. Paulo Poli, que cria uma Escola Normal de Grau Colegial, na sede do Mun. de Barra do Jacaré. PROJETO DE LEI N. 35-71 — autor sr. dep. Domicílio Scaramela, que autoriza o P.E., criar no Mun. de União da Vitória, um curso técnico agrícola, para funcionar a partir do próximo ano letivo. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada por mim e pelo senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

- aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Lélio Guimarães Sotio-Maier — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 87-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica transferida ao Departamento de Estrada de Rodagem, para fins de conservação, a estrada que liga o Município de Formosa do Oeste ao de Guairá, passando pelos municípios de Assis Chateaubriand, Portolândia, Distrito de Encantado, Palotina, São Camilo e Terra Roxa do Oeste.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16/05/72.

- aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS
GABRIEL MANOEL
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 176-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Guaraniaguá, um Colégio Comercial, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão através das dotações próprias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16/05/72.

- aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS
GABRIEL MANOEL
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 197-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Mu-

nicipio de Jussara, uma Escola Técnica de Comércio, de 2.º ciclo, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16/05/72.

- aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS
GABRIEL MANOEL
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 198-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Tijucas do Sul, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16/05/72.

- aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS
GABRIEL MANOEL
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 206-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Sapopema, um curso ginasial, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16/05/72.

- aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS
GABRIEL MANOEL
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 212-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Normal de Grau Colegial, na sede do Município de Nova América da Colina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16/05/72.

- aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS
GABRIEL MANOEL
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 223-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de São Jerônimo da Serra, uma Escola Normal de Grau Colegial.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16/05/72.

- aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS
GABRIEL MANOEL
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 281-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Ginásio Estadual de Santa Eliza, Distrito de Umuarama, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16/05/72.

- aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS
GABRIEL MANOEL
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 292-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada a Escola Comercial de São Carlos do Ivaí, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16/05/72.

- aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS
GABRIEL MANOEL
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 9-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga a cidade de Rolândia a de Astorga, numa extensão de 40 quilômetros.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16/05/72.

- aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS
GABRIEL MANOEL
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 34-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Normal de Grau Colegial, na sede do Município de Barra do Jacaré.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16/05/72.

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS
GABRIEL MANOEL
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 35-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Município de União da Vitória, um Curso Técnico Agrícola, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16/05/72.

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
ALVARO DIAS
GABRIEL MANOEL
Relatores

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

2.a SESSÃO LEGISLATIVA — 7.a LEGISLATURA

ATA DA 1.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, digo, dois, às dezessete horas e trinta minutos sob a presidência do senhor Deputado Arizone Araújo e com as presenças dos senhores deputados Sebastião Rodrigues Júnior, Xenofonte Villanueva, Marciano Baraniuk e Francisco Escorsin, reuniu-se a Comissão de Terras, Imigração e Colonização. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. A seguir foram relatados os seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 296-70, de autoria do ex-Deputado Seme Scaff, autorizando o Poder Executivo desapropriar uma área de terras de 5.000 m², situada nesta Capital, para ampliação do Colégio Estadual Rio Branco. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, parecer favorável, digo, contrário. — REJEITADO. PROJETO DE LEI N. 9-72 de autoria do Senhor Deputado Ivo Tomazoni, referenda alienação de área de terras com 242.968 m², situadas em "Morro Caias", Município de Guaratuba. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, parecer favorável. — APROVADO. PROJETO DE LEI N. 27-72, de autoria do Poder Executivo, mensagem n. 6-72, encaminhando anteprojeto de lei, que visa fazer reverter ao patrimônio do Município de Paranaguá mediante doação, uma área de terras com 4.980 m², situada na "Vila Madeira", daquela cidade. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, parecer favorável. — APROVADO. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, do qual eu, Agilides de Oliveira Martins, Secretário lavrei a presente ata que, após lida e achada conforme, será por mim e pelo Senhor Presidente assinada, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1972.

aa) ARIZONE ARAUJO — Presidente
AGILDES DE OLIVEIRA MARTINS — Secretário

Comissão de Constituição e Justiça

7.a LEGISLATURA — 1.a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 5.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias, do mês de maio, do ano de mil novecentos e setenta e dois, às dezessete horas e trinta minutos, após o término da Sessão Plenária reuniu-se, ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Armando Queiroz e presentes os Senhores Deputados Emilio Carazzai, Muggiati Filho, Maurício Fruet, Cândido Manuel, Ovidio Franzoni e Luiz Roberto Soares. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos solicitando fosse lida a Ata da reunião anterior. Requerida dispensa da Leitura da Ata, pelo Senhor Deputado Luiz Roberto Soares. Deferido. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia. 1) — PROJETO DE LEI N. 16-72, de autoria do Senhor Deputado Igo Lasso. Declaro de utilidade pública a Santa Bárbara Associação Comunitária — SBAC, com sede nesta Capital. Relator Deputado Emilio Carazzai. Parecer: favorável. Aprovado. 2) — PROJETO DE LEI N.º 18-72, de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato. Autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros), ao ex-Delegado de Polícia Alfredo Soares de Freitas. Relator Deputado Muggiati Filho. Parecer favorável. Aprovado. 3) — PROJETO DE LEI N. 239-71, de autoria do Senhor Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para conservação e melhoria, o trecho de estrada com 12 km, que passa pelas localidades de Encruzo da Grábia e Porto Bonito, em Estrela do Iguaçu interligando Três Barras e Catanduvas. Relator Deputado Emilio Carazzai. Parecer favorável. Aprovado. 4) — PROJETO DE LEI N. 255-71, de autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin. Cria o Município de Francisco Alves desmembrado de Iporã, com área territorial constituída pelos atuais Distritos de Francisco Alves e Rio Bonito. Relator Deputado Luiz Roberto Soares. Parecer: Favorável com emenda. Aprovado. 5) — PROJETO DE LEI N. 284-71 de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério. Denomina Centro Cívico Ministro Bento Munhoz da Rocha Netto, o atual conjunto Arquitetônico formado pelas sedes dos Três Poderes e demais edifícios públicos que nele se englobam ou dele venham a se avizinhar. Relator Deputado Emilio Carazzai. Parecer: favorável. Aprovado. 6) — PROJETO DE LEI N. 215-69, de autoria

do Senhor Deputado Fuad Nacii. Cria em entidade de Fundação Estadual, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cascavel. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Parecer: favorável. Aprovado. 7) — PROJETO DE LEI N. 240-69, de autoria do Senhor Deputado Abraão Miguel. Declara de utilidade pública a Associação dos Funcionários do Departamento de Rendas Internas do Estado do Paraná, com sede nesta Capital. Relator Deputado Emilio Carazzai. Parecer favorável. Aprovado. 8) — PROPOSIÇÃO N. 100-71, de autoria do Senhor Deputado Xenofonte Villanueva. Proposta de emenda à Constituição do Estado, dando nova redação ao item 4.º, do artigo 138. Relator Deputado Muggiati Filho. Parecer: no sentido de que seja encaminhada à Mesa a fim de que seja enviada à Comissão competente. Deferido. O Senhor Deputado Maurício Fruet solicita ao Senhor Presidente informações sobre o que foi deliberado na última reunião com respeito à convocação de diversos Senhores Secretários de Estado. O Senhor Presidente informa que os ofícios neste sentido foram expedidos, conforme cópias arquivadas nesta Comissão, que são lidas em inteiro teor. O Senhor Deputado Maurício Fruet, agradece. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada por todos os Membros, na próxima reunião, será assinado pelo Senhor Presidente, Deputado Armando Queiroz, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária.

aa) Deputado ARMANDO QUEIROZ — Presidente
RITA CELESTINO SOARES — Secretária

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

ATA DA 1.a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

2.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

Aos dezessete dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e dois reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, na Sala das Comissões, com a presença dos senhores deputados: Antonio Lopes Júnior, Alvaro Dias e Cândido M. Oliveira. Havendo número legal, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos sendo aprovada a Ata da sessão anterior. Na Hora do Expediente foi lido o requerimento do Deputado Cândido M. Oliveira, que solicitava a presente reunião extraordinária, para tratar dos seguintes assuntos: 1 — Nomeação de Professores Concursados do Ensino Médio e Ensino Primário; 2 — Número de vagas existentes no Quadro; 3 — Reformulação do Estatuto do Magistério; 4 — Critérios adotados pela SEC, para a designação de Inspectores do Ensino e Diretores de Estabelecimentos; 5 — Convenios assinados entre a SEC e o Ministério de Educação e Cultura. O deputado Cândido M. Oliveira sugeriu fosse solicitada a presença do senhor Secretário de Educação e Cultura e dos Presidentes das Comissões de Concurso para tratar dos diversos assuntos enumerados. Aprovada a sugestão pelos demais membros da Comissão, foram tomadas as devidas providências nesse sentido. A seguir o senhor Presidente leu o ofício do Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, senhor Edgard Dantas Pimental, que envia requerimento do Vereador Enéas Faria no qual solicita a atenção da Comissão sobre Bolsas de Estudos. Foram enviados ofícios à Câmara Municipal de Curitiba, agradecendo o interesse e avisando que a Comissão tomará as devidas providências. Nada mais havendo a tratar na Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia, onde foram relatados os seguintes Projetos de Lei: PROJETO DE LEI N. 216-70 — De autoria do senhor deputado Fabiano Braga Côrtes, que autoriza o Poder Executivo, criar uma Escola Técnica de Comércio em Telêmaco Borba. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 253-71 — De autoria do senhor deputado Quilise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo, construir através dos órgãos próprios do Estado, uma Casa Escolar no Distrito de Colônia Faria, município de Colombo. Relator: Deputado Antonio Lopes Júnior. Parecer: favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 177-70 — De autoria do senhor deputado Paulo Poli que autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Comercial Estadual em Santa Cecilia do Pavão, e dá outras providências. Relator: Deputado Antonio Lopes Júnior. Parecer: favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 207-71 — De autoria do senhor deputado Emilio Carazzai, que cria uma Faculdade de Educação, na sede do município de Cornélio Procopio. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Maria Aparecida Amaral, secretária lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada é por mim assinada, bem como pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

a) Deputado ANTONIO LOPES JUNIOR — Presidente
a) MARIA APARECIDA AMARAL — Secretária

COMISSÃO DE SINDICANCIA

PORTARIA N. 166-72

ATA DE INSTALAÇÃO

Aos dezenove dias do mês de maio do ano de 1972, às 10,00 (dez horas), na sala da consultoria geral, localizada no quarto andar do Poder Legislativo Estadual, Palácio "19 de Dezembro", presentes os funcionários Laertes Luiz Fogiatto, João Alberti Andretta e Sergio Zacarias, sob a Presidência do primeiro, foram instalados os trabalhos da Comissão de Sindicância, instaurada através da Portaria n. 166-72, de 16 de maio do ano em curso para apurar a veracidade das denúncias do Jornal "Diário da Tarde" publicado na sua edição de 15 de maio do corrente ano. A Comissão deliberou reunir-se diariamente às 10,00 (dez horas), ainda na mesma oportunidade foi designada Secretário da referida Comissão de Sindicância o Senhor Sergio Zacarias, funcionário estável PL 23, que, tendo prestado compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções do cargo, passou a exercer a aquelas funções. Em seguida a Comissão deliberou oficial a Diretoria Geral, deste Poder, ao Jornal "Diário da Tarde", comunicando a instalação e o início dos trabalhos que lhe foram deferidos.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos relativos à instalação, sendo que eu Sergio Zacarias, Secretário, lavrei a presente ATA que após lida e achada conforme, vai devidamente assinada por mim, Secretário pelo Presidente e demais membros da Comissão.

ass) LAERTES LUIZ FOGIATTO — Presidente
JOÃO ALBERTI ANDRETTA — Membro